

A Gramaticalização das Construções Modalizadoras Herdeiras do Dativo com Infinitivo: evidências em favor da necessidade de empreender análises históricas nos estudos orientados pela perspectiva da Gramaticalização

Tiago Timponi Torrent*

Introdução:

O trabalho com Linguística Histórica tem ganhado cada vez mais espaço nos estudos lingüísticos centrados no uso, sejam eles funcionalistas, cognitivistas ou de qualquer outra vertente teórica preocupada com os usos que falantes reais fazem, nos diversos contextos de interação nos quais se engajam.

Revisitar essa abordagem não tem significado somente adotar um olhar diacrônico sobre os dados, mas também formular generalizações sobre os processos de mudança que tomam lugar entre os extremos temporais que limitam determinada pesquisa. Assim, o objetivo desse trabalho é o de apresentar evidências no sentido de reforçar o papel central da análise histórica nos estudos orientados pela perspectiva da gramaticalização, uma vez que se acredita não ser totalmente confiável, por exemplo, a definição de um *continuum* de gramaticalização com base apenas em dados sincrônicos e na tendência unidirecional do fenômeno.

Dado o objetivo acima, adoto neste trabalho o seguinte percurso: primeiramente, retomo o conceito de gramaticalização, indicando em que medida ele é aplicado à análise dos dados que compõem o corpus desse trabalho; em seguida, apresento os dados sincrônicos levantados, quantificados em porcentagens e distribuídos em três grandes grupos; posteriormente, apresento uma possível proposta de um *continuum* de gramaticalização baseado nesses dados e nas tendências-padrão desse fenômeno; e, por fim, ofereço, com base em dados do Português Medieval, uma alternativa a essa análise, a qual acredito ser mais confiável.

1- Reflexões Sobre o Conceito de Gramaticalização:

1.1- A Noção Clássica de Gramaticalização:

* Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Universidade Salgado de Oliveira – Campus Juiz de Fora.

À primeira página do clássico *Grammaticalization* de Hopper e Traugott (2003 [1993]), encontra-se aquela que é, provavelmente, a definição mais retomada para o termo gramaticalização:

... a gramaticalização se refere à parte do estudo da mudança lingüística preocupada com questões sobre como os itens lexicais e construções passam, em certos contextos lingüísticos a desempenhar funções gramaticais e como os itens gramaticais desenvolvem novas funções gramaticais. (Hopper & Traugott, 2003:1)¹

Tal definição aponta para o estudo de um fenômeno bem delineado, que ocorre quando uma dada forma lexical adquire um significado gramatical, ou quando uma forma gramatical passa a indicar novos significados gramaticais.

Clássicos também são os quatro processos inter-relacionados que costumam estar envolvidos na gramaticalização (cf. Heine, 2003:579). São eles: a *dessemantização*, que se refere à perda ou desbotamento do significado lexical das formas gramaticalizadas; a *extensão*, que se refere à expansão dos contextos de usos possíveis para a dada forma; a *decatégorização*, que inclui tanto a perda de características da categoria fonte como também a perda de independência morfológica; e a *erosão*, referente à redução fonética da forma em questão.

Acredita-se ainda que os processos acima operem ao longo do tempo sobre uma determinada forma, fazendo com que ela caminhe no sentido de se tornar gradualmente mais gramatical, ou, nas palavras de Heine:

Cada um desses mecanismos dá origem a uma evolução que pode ser descrita na forma de um modelo de três estágios, chamado de modelo da sobreposição (Heine 1993: 49-53). Os estágios envolvidos são como se segue:

- i. Há uma expressão lingüística A que é recrutada para a gramaticalização.
- ii. Essa expressão adquire um segundo padrão, B, sendo que há uma ambigüidade entre A e B.
- iii. Finalmente, A se perde, ou seja, resta apenas B. (Heine, 2003:579)

Como resultado do Modelo da Sobreposição descrito acima, temos que a gramaticalização é um processo em cadeia, o que levou à proposição de termos como *chain* e *cline*², os quais enfatizam a noção de seqüencialidade.

¹ Todas as traduções das citações deste trabalho são de responsabilidade do autor.

² Apesar de ambos os termos apontarem para a idéia de seqüencialidade, ao termo *chain* subjaz uma noção de sobreposição dos estágios de gramaticalização que não está necessariamente presente no termo *cline*.

Com o avanço dos estudos em gramaticalização, percebeu-se que a perda do significado de origem da forma gramaticalizada não ocorre sempre, sendo que casos há em que todos os estágios podem coexistir em uma dada língua. Percebeu-se também que algumas dessas cadeias começaram a se tornar aplicáveis a vários fenômenos em várias línguas diferentes, o que levou à proposição de *clines* no nível semântico – tais como PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE (cf. Heine, 2003:586) –, no nível sintático – tais como o *continuum* de processos de vinculação de orações que parte da PARATAXE, passa pela HIPOTAXE e chega ao ENCAIXAMENTO, podendo ainda cristalizar-se mais profundamente em uma construção modal ou auxiliar (cf. Hopper & Traugott, 2003 [1993], cap.7) – e no nível morfológico – VERBO PLENO > AUXILIAR > MORFEMA. A proposição de tais cadeias apenas enfatiza um traço marcante dos fenômenos de gramaticalização: sua unidirecionalidade. Apesar de haver contra-exemplos aos padrões propostos, os mesmos são menos frequentes e acabam por ser tratados em separado.

O fenômeno da gramaticalização pode ser identificado através de parâmetros que apontam para o estágio de gramaticalidade de um determinado item ou construção. Tais parâmetros foram definidos por Lehmann (apud Heine, 2003:588) e incluem:

- i paradigmatização, ou seja, a tendência de as formas gramaticalizadas se organizarem em paradigmas;
- ii obrigatoriedade, a tendência de as formas opcionais se tornarem obrigatórias;
- iii condensação, o encurtamento das formas;
- iv coalescência, o colapso de formas adjacentes;
- v fixação, através da qual uma ordem linear livre se torna fixa.

A gramaticalização também apresenta cinco princípios gerais (Hopper apud Heine, 2003:589), quais sejam: (a) o da *estratificação*, segundo o qual as novas camadas de linguagem gramaticalizadas se sobrepõem às anteriores, coexistindo com elas; (b) o da *divergência*, o qual postula que a forma de origem pode continuar a ser usada de forma autônoma; (c) o da *especialização*, que reza que, à medida que a gramaticalização avança, a variedade de escolhas formais diminui; (d) o da *persistência*, o qual aponta para a manutenção de traços do significado das construções originais naquelas que sofreram gramaticalização; e (e) o da *decatégorização*, já explicado anteriormente.

Mesmo contando com definições clássicas e princípios bem definidos, o conceito de gramaticalização não é um consenso entre os estudiosos a quem ela concerne. Casos há que podem ou não ser considerados como exemplos de

gramaticalização por este ou aquele lingüista. Entretanto, a diversidade de conceitos e a ampliação do escopo da gramaticalização podem ser entendidas como uma resposta às potencialidades desse campo de estudo. E é justamente sobre a ampliação do escopo da gramaticalização que irá tratar a próxima sessão.

1.2- As Teorias Centradas no Uso e A Ampliação do Conceito de Gramaticalização

De acordo com Tomasello, a abordagem para o estudo da linguagem centrada no uso

é representada pelo grupo de teorias mais comumente chamado de *lingüística cognitivo-funcional*, mas também conhecido como *lingüística baseada no uso*, o que enfatiza sua máxima do processamento central que afirma que as estruturas da língua emergem dos usos da língua. (...) As teorias baseadas no uso defendem que a essência da linguagem é a sua dimensão simbólica, enquanto a gramática é derivada desta. A habilidade de nos comunicarmos com outros indivíduos da espécie é uma adaptação biológica específica da espécie. Porém, em contraste com a gramática gerativa e com as outras abordagens formalistas, nas abordagens baseadas no uso, **a dimensão gramatical da língua é um produto de um conjunto de processos históricos e ontogenéticos chamados, coletivamente, de gramaticalização. (grifo nosso)** (Tomasello, 2003:5)

Já nos é apresentado, no fragmento acima, um conceito de gramaticalização que extrapola as noções mais tradicionalmente difundidas sobre este processo. Ao contrário das definições bastante especificadas apresentadas na sessão anterior, o texto de Tomasello pressupõe um caráter mais genérico para a gramaticalização, que passa a ser entendida como um processo contínuo e recorrente, que se desenvolve historicamente e que se encontra no cerne da formação das estruturas gramaticais de uma língua.

A imensa potencialidade desse processo estaria ligada ao fato de que o mapeamento entre uma dada forma lingüística e sua contraparte conceptual não é simples e direto. Nesse sentido, segundo Fauconnier e Turner (2002), as mudanças lingüísticas se devem à não-especificação das redes de integração conceptuais, ou seja, as formas lingüísticas apenas deflagram os vários aspectos das integrações conceptuais por elas ativadas, surgindo, portanto, um espaço para variações que, ao longo dos anos, podem produzir uma mudança lingüística específica. Pode ser que uma certa acepção se convencionalize associada ao uso da forma em questão: em outras palavras, que se **idiomatize ou gramaticalize**. A flutuação entre multideterminação do significante e a

pressão estabilizadora em prol da eficácia comunicativa é constitutiva da natureza da linguagem e, por conseqüência, de sua mudança.

Afirmam também que os processos de integração, mesmo sendo centrais em nosso processamento mental, não criam uma relação direta e unívoca entre forma e significado. O pareamento destes dois elementos cognitivos pode se dar de formas diversas, dada a riqueza de nossa capacidade projetiva. Portanto, é possível que novos significados sejam integrados a formas já existentes e que estas se tornem cada vez mais especializadas, gramaticalizando-se.

A gramaticalização não é vista nesta perspectiva como um caso excepcional. Em última instância, qualquer processo de sintaticização, ou seja, qualquer elemento de gramática, aprendido por um falante como tal, foi um dia uma simples conseqüência da criatividade lingüística de um dado falante em um dado discurso. Porém, esta conseqüência se tornou muito produtiva, a ponto de constituir-se em uma maneira muito eficiente de indicar um dado evento no nível conceptual. Este pareamento então passou a ser transmitido culturalmente ao longo da história e se tornou convencional, gramatical, sintático.

Aqui cabe citar novamente Tomasello que, referindo-se aos estudos de Givón, diz:

No nível das construções, (...) frases inteiras assumem uma nova forma de organização, ou seja, seqüências soltas de discurso se transformam em construções sintáticas mais organizadas. (...) A caracterização de Givón é bem pertinente: a sintaxe de hoje é o discurso de ontem. (Tomasello, 2003:14)

Essa ampliação da noção de gramaticalização será fundamental para a análise que será proposta ao final deste trabalho, devendo ser retomada mais adiante.

2- A Construção de Dativo com Infinitivo no Português do Brasil – Dados Preliminares³:

2.1- Definindo o DCI:

³ Os dados que compõem o *corpus* de PB utilizado neste trabalho fazem parte dos bancos de dados do Censo de Variação Lingüística do Programa de Estudos sobre os Usos da Língua – PEUL/UFRJ – e do Projeto PROCON – Juiz de Fora – PROCON/UFJF.

Início, portanto, a explanação dos dados, retomando estudo anterior (Torrent, 2005), no qual foi proposta a construção⁴ de Dativo com Infinitivo – DCI –, caracterizada pelo esquema sintático “*para x infinitivo*”, em que o elemento *x* representa um nominal qualquer – seja ele um pronome, um SN ou um zero morfológico – que acumula, mescladas, as funções de beneficiário e agente, tal como pode ser observado nos exemplos abaixo⁵:

- (1) Sabe que eu nunca pensei assim em botar uma casa. O homem vai botar uma casa **para mim morar**. Eu nunca pensei nisso. (PEUL/UFRJ)
- (2) Aí meu pai fez uma outra casa **para nós botar** aquelas bagulhada assim, não é? (PEUL/UFRJ)
- (3) Aí tem que ficar quietinha dentro de casa **para bala não atingir** a gente. (PEUL/UFRJ)
- (4) Acordou assim e aí falou: “Que que você veio fazer aqui, minha filha? Eu falei **para o seu pai não deixar** você vim!” (PEUL/UFRJ)
- (5) Quando eu cheguei no hospital **para PRO ter ela**, aí eu tive ela. Aí, pegou, quando eu acabei de ter ela, eu perguntei assim: “Doutor o que que foi?” Aí o médico falou assim: “Foi um homem.” (PEUL/UFRJ)

Tal proposta parte da idéia de que, assim como o que ocorre com os elementos conceptuais, as unidades formais também podem ser mescladas em nosso processamento cognitivo (Fauconnier & Turner, 2002:353). O processo de mesclagem das estruturas formais se dá de forma semelhante ao que ocorre com a mesclagem conceptual, ou seja, nos espaços-fonte encontra-se a estrutura dos dois elementos a serem integrados e, no espaço-mescla, surge o resultado dessa integração conceptual. Por ser produto de uma integração dos espaços-fonte, o espaço-mescla possui elementos de ambos combinados de forma diferente, o que o distingue dos outros espaços da rede. Essa mesma combinação dos diferentes elementos faz surgir na mescla um esquema de significado que Fauconnier e Turner (2002) chamam de estrutura emergente, a qual não se encontra em nenhum dos espaços-fonte.

Portanto, devido ao fato de ser uma mescla, o DCI apresenta elementos semânticos próprios que o diferenciam de outras construções da língua, quais sejam o estabelecimento de um Beneficiário Agente ou Experienciador em um espaço mental que representa a resultante virtual de uma dada ação ou do contexto, e a noção de Finalidade emergente em seu esquema de significado. Ainda pela mesma razão, passa-

⁴ O conceito de construção utilizado por nós é aquele proposto por Goldberg (1995:4), segundo o qual: “*C é uma Construção sse C é um par forma-sentido <Fi, Si> de tal forma que algum aspecto de Fi ou algum aspecto de Si não é estritamente preditível a partir das partes componentes de C ou a partir de outras construções previamente estabelecidas.*”

⁵ Os exemplos de (1) a (5) foram retirados do *corpus* do Programa de Estudos sobre Os Usos da Língua (PEUL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

se então a analisar o DCI – entendido a partir de então como o esquema sintático *para x infinitivo* e suas especificidades semânticas – como uma construção sintaticizada, ou gramaticalizada (cf. Tomasello, 2003), a qual pode mesclar-se a outras construções da língua de maneira oportunista. Isto significa dizer que, a partir de uma semelhança sintática ou semântica, ela pode se encaixar em outros esquemas sintáticos.

2.2- Primeiros Dados do Português do Brasil – PB

Dada a hipótese acima exposta e após um levantamento de 100 ocorrências do esquema sintático *para x infinitivo* em dados do PB, passo a expor a seguir as possibilidades de ocorrência e os padrões de mesclagem construcional do DCI.

Em uma primeira observação fica evidente a altíssima produtividade dessa construção, uma vez que a mesma pode atuar junto aos mais diversos padrões construcionais do PB. Entretanto, uma análise mais minuciosa revela que seu uso segue, basicamente, três padrões distintos, de acordo com o grau de inserção⁶ do DCI na construção à qual ele se vincula.

O primeiro padrão de uso do DCI engloba os casos em que essa construção não é inserida no lugar de um dos papéis argumentais⁷ da construção-fonte, ou, em uma linguagem mais “funcionalista”, o mesmo funciona como um adjunto e não como um complemento da construção, não sendo previsto por sua grade temática.

São elencadas como possíveis construções para este padrão de uso, todas aquelas que têm sua grade argumental completa, mesmo que com zeros morfológicos preenchendo alguns papéis, independentemente do número ou da configuração de seus papéis argumentais ou dos papéis de participantes definidos pelo verbo. Assim, enquadram-se neste grupo, construções com os esquemas listados no gráfico abaixo, os quais serão sempre acompanhados da informação sobre sua frequência nos dados, em relação ao total de ocorrências levantadas.

⁶ A noção de inserção neste artigo é bem semelhante à noção de *encaixamento*, proposta por Hopper e Traugott (2003 [1993]).

⁷ Em cada construção ocorre uma integração entre o esquema de significado do verbo e o esquema de significado da construção. Entre os elementos que fazem parte do esquema de significado do verbo, temos a definição dos *papéis de participante*, ou seja, aqueles envolvidos no significado básico do mesmo. Assim, por exemplo, no verbo *chutar* teríamos dois papéis de participantes: o *chutador* e o *objeto chutado*. Tais papéis de participantes não devem ser confundidos com os *papéis argumentais*, ou *papéis-θ*. Estes são definidos pela construção e têm como exemplos os papéis de Agente, Paciente, Tema, Experienciador etc.

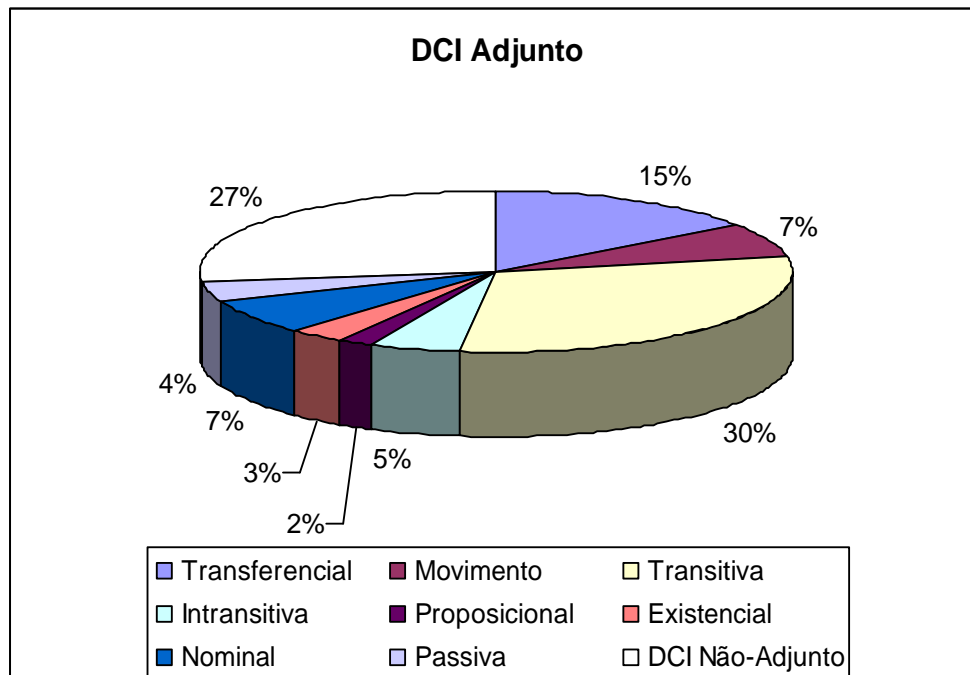


Gráfico 1: DCI Adjunto

Os exemplos de (6) a (13) ilustram cada um dos casos apontados no gráfico acima, sendo o tipo de construção-núcleo à qual está vinculado o DCI Adjunto indicado entre parênteses, após o exemplo:

- (6) Não. Eu num posso, você pode pedi o banco x agora, através de uma carta, aí eu vou **mandar** pra Belo Horizonte **pra eles analisarem**. (Transferencial) (PROCON/UFJF – Acareação Banco)
- (7) O contrato **vem** pra juiz de fora **pra pegar** a carta de registro. (Movimento) (PROCON/UFJF – Acareação Caixa)
- (8) Olha então que a partir momento que eu que eu não quero, eu falei umas duas vezes com ela ela já então pode deixar que vou com ela, ela foi e **chamou** a outra pessoa, **pra me explicar**, o seguro. então eu entendi o seguinte, se eu não fizer o seg- o seguro eles não vão me emprestar o dinheiro. (Transitiva) (PROCON/UFJF – Acareação Banco)
- (9) Eu sei o que é **trabalhar pra ganhar** mil reais, que isso! (Intransitiva) (PROCON/UFJF – Acareação Gesso)
- (10) A decisão é sua, você assina de uma vez e recebe esse valor ou então a gente pode **pedir** a empresa x uma prestação de contas maior **pra ver** como é que ela chegou nesse valor. (Proposicional) (PROCON/UFJF – Acareação Consórcio)
- (11) Porque não **existe** um contrato de prestação de serviço **pra gente dizer** se foi descumprido o prazo. (Existencial) (PROCON/UFJF – Acareação Oi)
- (12) O consórcio o que que é? **É** um grupo de pessoas **pra retirar** um bem. (Nominal) (PROCON/UFJF – Acareação Consórcio)
- (13) Como o valor dela **foi fechado pra fazer** dois mil, então vão orçar hoje e a gente vai achar mil reais lá. (Passiva) (PROCON/UFJF – Acareação Gesso)

O segundo padrão de mesclagem construcional envolvendo o DCI se caracteriza pelo fato de ele ser incorporado à grade argumental da construção-fonte, “encaixando-

se” em um dos *slots* do esquema sintático dela. Esse padrão pode ter como fontes dois tipos de construção: as proposicionais e as transitivas transferenciais. Vejam-se o gráfico e os exemplos a seguir, organizados conforme os primeiros:

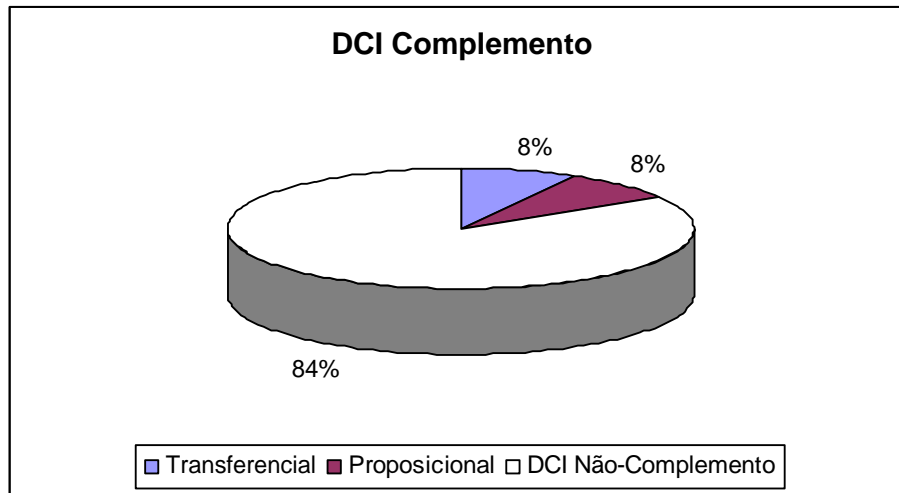


Gráfico 2: DCI Complemento

- (14) A gente em termos de agência, a gente não tem condição. Ce tem que **dar** um prazo **pra eu ti dar** uma resposta dessas. (PROCON/UFJF – Acareação Banco)
(15) Você **pediu pra cancelar**. Isso foi quando? (PROCON/UFJF – Acareação Oi)

Note-se que, nesses casos, a mesclagem à qual se submetem o DCI e as outras construções fontes apresenta maior grau de sintaticização do que o padrão apresentado na tabela anterior, uma vez que ocorre a sobreposição de elementos das construções ao nível da forma e também ao nível do significado.

O terceiro e último padrão de mesclagem a ser apresentado engloba processo ainda mais sintaticizados: tratam-se dos casos em que não é mais possível isolar o DCI, nem mesmo como um complemento da outra construção fonte, ou seja, casos em que um novo processo de sintaticização – ou gramaticalização – ocorreu, criando uma nova construção.

Três são as novas construções advindas deste processo de mesclagem, todas elas, modalizadoras. Novamente, o gráfico apresenta os tipos de construções encontradas, sendo seguido de um exemplo de cada um deles:

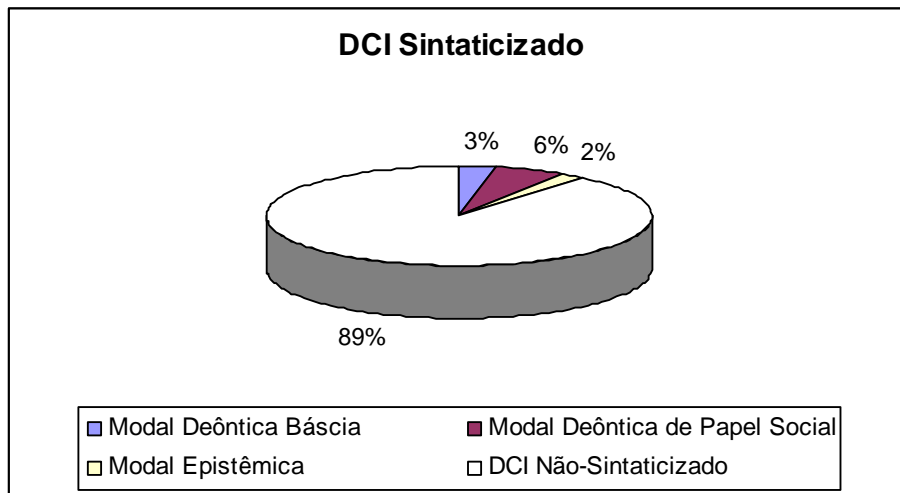


Gráfico 3: DCI Sintaticizado

- (16) Eu já **era pra ter vendido** esse imóvel há muito tempo. (PROCON/UFJF – Acareação Gesso)
- (17) Ô Seu Pedro, é igual eu falei, **a gente ta aqui pra tentar resolver** isso. (PROCON/UFJF – Acareação Gesso)
- (18) **Dá pra acender** a luz aqui? (PROCON/UFJF – Acareação Gesso)

2.3- Discussão dos Resultados

Conforme é possível notar através dos gráficos, a grande maioria dos usos do DCI ocorre sem a sobreposição de papéis argumentais, ou seja, o DCI se junta às demais construções como um adjunto delas. A alta frequência e a variedade tipológica das construções-núcleo são indícios interessantes no sentido de reforçar a hipótese de que o DCI possa funcionar como um núcleo sintático independente de maneira produtiva.

Ressalto também o fato de quase a metade das ocorrências desse padrão de uso ocorrerem com construções transitivas básicas. Explico: segundo Goldberg (1995), muitas vezes as construções contribuem com papéis argumentais que serão preenchidos ou não, quando da fusão, por elementos selecionados pelo verbo, ou seja, uma construção pode alterar o esquema sintático básico de um verbo, o qual modifica o seu significado ao integrar-se a ela. Uma vez postulado então que as construções podem contribuir com papéis argumentais que não sejam previstos em suas instanciações no esquema básico do verbo, faz-se necessário postular a existência de esquemas construcionais anteriores à sua amalgamação aos esquemas verbais.

Dado este fato, fica difícil definir nos dados de fala quando temos uma Construção Transitiva Básica seguida por um DCI em função de adjunto, ou, quando temos uma Transitiva Transferencial, à qual se amalgamou o esquema semântico de um verbo transitivo direto, mesclada a um DCI em função de complemento. O critério a partir do qual foram organizados os Gráficos de 1 a 3, o do preenchimento – ou não – pelo DCI de um papel argumental da construção-fonte, não nos permite fazer essa distinção, já que as construções-fonte foram previamente definidas a partir dos dados.

Dessa forma, apenas uma análise semântica mais detalhada pode nos ajudar a dirimir essa dúvida. Comparando-se os exemplos abaixo é possível ter uma idéia da diferença nas nuances semânticas envolvidas na diferenciação das duas possibilidades de organização construcional expostas acima:

- (19) Aí ela foi e chamou a menina do seguro, **pra me explicar**, né? (PROCON/UFJF – Acareação Banco)
- (20) Ele adquiriu um produto que ele não queria **pra poder conseguir** o outro que ele queria. (PROCON/UFJF – Acareação Banco)

Em (19), não é possível identificar, a princípio e diretamente, o sujeito do infinitivo como um beneficiário do verbo chamar, entretanto, o oposto ocorre em (20): a pessoa que adquiriu o produto é o alvo da transferência dessa ação, ela compra o produto com a finalidade de se beneficiar, conseguindo o outro produto desejado. Entretanto, há, nos dados outras nuances de significado ainda mais difíceis de se definir do que as apresentadas acima.

A análise dessas nuances será alvo de um próximo trabalho, para o qual se pretende também expandir o número de dados, fazendo da frequência um fator confiável para a análise. Porém, dentre as trinta ocorrências de DCI adjunto mesclado a Transitivas Básicas, identificamos dezoito cuja interpretação pode ser feita de forma semelhante à que fizemos para o exemplo em (20). Sendo assim, a porcentagem de ocorrência de DCI complemento mesclado a construções Transitivas Transferenciais subiria para 26%, passando a constituir o grupo mais numericamente representativo de dados.

Quanto aos usos do DCI como complemento de construções proposicionais, observou-se que seguem dois padrões distintos: ou (a) o DCI ocupa o *slot* do complemento direto, ou (b) ocupa o do complemento indireto. Isso se deve ao fato de que as construções proposicionais, amalgamadas a verbos como *pedir* e *dizer*,

apresentarem esquemas sintáticos variáveis, ou seja, ou se *'pede a alguém algo'* ou se *'pede algo pra alguém'*. Seja como for, o DCI se encaixa nessas construções justamente no elemento formal ao qual se relaciona o espaço-mental aberto pelo verbo proposicional. Isto significa dizer que, no momento em que faz uma proposição, o falante cria um novo espaço cognitivo no qual inserirá o elemento narrado pelo verbo *dicendi*. Nos casos em que o DCI se mescla à construção proposicional, seu esquema semântico – o da resultante virtual – passa a ocupar o lugar do espaço construído.

Esse padrão de mesclagem mais sintaticamente encaixada que ocorre com as construções Transitivas Transferências e Proposicionais se explica pelo fato de ser a mesclagem um processo oportunista (cf. Fauconnier e Turner, 2003:366), ou seja, quanto mais próximos forem os elementos formais e conceptuais de duas construções mescladas, maior será a compressão realizada por esse processo.

Por fim, resta discutir os casos de DCI sintaticizado. O primeiro tipo desse padrão de mesclagem reúne as ocorrências do esquema *ser pra x infinitivo*, construção que tem claro valor de modalização deôntica, indicando que o elemento codificado pelo nominal *x* tem o dever de realizar alguma ação.

Já o segundo tipo tem como exemplos as ocorrências do esquema *estar pra x infinitivo*, construção também modalizadora, porém introdutora de uma idéia de dever socialmente atribuído, ou de reconhecimento de papel socialmente definido. Ambas as construções são idiomas parcialmente fechados, que, apesar de admitirem variações nas posições de *x* e do infinitivo, não as permitem no que tange aos verbos *ser* e *estar*. Isso indica um maior grau de gramaticalização do esquema sintático, fator que é reforçado pelo caráter modalizador das construções.

O último tipo de DCI sintaticizado parece ser derivado dos casos de DCI complemento de construções Transitivas Transferenciais. Trata-se das ocorrências do esquema *dar pra x infinitivo*, construção modalizadora epistêmica que indica possibilidade ou capacidade, conforme descreve Salomão (1999) em sua tese de doutoramento. Essa é também uma construção apenas parcialmente aberta, uma vez que não admite alterações no verbo *dar*. A noção de modalização dessa construção é também sustentada pelo esquema transferencial que permeia o DCI, porém, nestes casos, conforme afirma Sweetser (1990), conceptualiza-se a existência de uma barreira

no trajeto da transferência. A menor ou maior possibilidade de transposição desta barreira é o que determina o grau de possibilidade indicado pelo modalizador.

O maior grau de gramaticalização dessa construção estaria relacionado ao fato de ser o *dar* o verbo transferencial por excelência e, portanto, mais usual em construções Transitivas Transferenciais, das quais se origina esta construção.

Os usos sintaticizados do DCI, apesar de pouco freqüentes no *corpus* estudado, apontam para um caminho interessante, se adotarmos a proposta do *cline* de gramaticalização proposto por Hopper & Traugott (1993:175-211). Tal proposta afirma ser bastante produtiva nas línguas a cadeia de gramaticalização que vai da PARATAXE > HIPOTAXE > SUBORDINAÇÃO > AUXILIAÇÃO/FLEXÃO. Nessa cadeia, parte-se de um processo de vinculação de orações em que não há nem dependência semântica e nem encaixamento entre as cláusulas – parataxe –, passa-se a uma situação de dependência semântica sem encaixamento – hipotaxe –, em seguida há um processo de vinculação em que ocorrem tanto o encaixamento quanto a dependência – subordinação – até que se chega a um estágio em que não é mais possível separar duas cláusulas, tamanho o grau de encaixamento.

Tomando os dados de que dispomos no PB, verificamos que, com exceção do extremo da parataxe, temos ocorrências atestadas de todos os estágios desse *cline* de gramaticalização, sendo que há, inclusive, estágios intermediários entre eles, conforme prevê o modelo da sobreposição. Assim, adotando uma perspectiva puramente sincrônica, e assumindo que o *cline* acima é, de fato, produtivo interlingüisticamente, podemos propor um *continuum* que parte dos casos prototípicos de DCI adjunto – hipotaxe –, passa pelos casos de DCI complemento – subordinação – e chega aos casos de DCI sintaticizado – modalização. Vejam-se os exemplos:

- (21) Os três pintores que foram lá falaram nós temos que **dar** três mãos de massa **pra tirar** a imperfeição, por que o tempo inteiro é tudo trincado. (PROCON/UFJF – Acareação Gesso)
- (22) E se você me **der** mil reais **pra mim fazer** hoje eu num quero. (PROCON/UFJF – Acareação Gesso)
- (23) A gente em termos de agência, a gente não tem condição. Cê tem que **dá** um prazo **pra eu ti dá** uma resposta dessas. (PROCON/UFJF – Acareação Banco)
- (24) **Dá pra acender** a luz aqui? Aí, agora sim, dando a luz. (PROCON/UFJF – Acareação Gesso)

No exemplo em (21) temos um caso típico de DCI vinculado à oração núcleo por hipotaxe, uma vez que não há encaixamento entre as cláusulas, apesar da dependência semântica. Já em (22), observamos um estágio intermediário entre a

hipotaxe e a subordinação: conforme se pode notar, há a presença de um pronome oblíquo dativo que torna ambígua a relação entre as cláusulas. Fica difícil precisar se o esquema *'para mim fazer'* está ou não ocupando o *slot* de oblíquo da construção transferencial da cláusula núcleo. Entretanto, em (23), o preenchimento do papel de oblíquo pelo DCI é transparente, o que já caracterizaria o encaixamento e, daí, a subordinação. Por fim, em (24) já se torna impossível isolar as duas cláusulas, o que caracteriza a construção modalizadora.

O *cline* para as modais com verbos estativos segue mais ou menos o mesmo padrão, conforme demonstram os exemplos de (25) a (27):

- (25) O consórcio o que que é? É um grupo de pessoas **pra retirar** um bem. (PROCON/UFJF – Acareação Consórcio)
- (26) Que isso, falar que eu tô mentido, como é que cê fala que eu tô mentindo? Cê é cara de pau **pra falar** que eu tô mentindo. (PROCON/UFJF – Acareação Gesso)
- (27) Peraí gente. Não peraí Sandra vamo com calma, não, não gente, aqui não é **pra bater** boca não. (PROCON/UFJF – Acareação Gesso)

Começando por (25), temos, a princípio, uma relação de hipotaxe entre as cláusulas, já que o predicado nominal da oração núcleo está devidamente preenchido por seus dois argumentos – *'o consórcio'* e *'um grupo de pessoas'*. Entretanto, a noção de modalização deontica já se mostra possível, sendo que a sentença poderia ser parafraseada como *'é um grupo de pessoas que devem retirar um bem'*. Já em (26), a interpretação modalizadora parece ser mais evidente, na medida em que a paráfrase *'cê tem que ser cara de pau pra falar que eu tô mentindo'* é bastante adequada à situação. Finalmente, o exemplo em (27), cujo esquema sintático é mais cristalizado, não deixa dúvidas sobre a interpretação deontica. É importante atentar-se para o fato de que, apesar de não apresentarem a cristalização da ordem típica da construção modalizadora, possuindo elementos intercalados entre a cópula e o DCI, é possível inferir uma idéia de modalização na relação entre as cláusulas presentes em (25) e (26).

Note-se que o sentido deontico se torna mais evidente à medida em que o elemento intercalado entre a cópula e o DCI se tornam mais leve, ou desaparece, o que indica que a cristalização do esquema *'ser pra x infinitivo'* potencializa a modalização, que poder ser inferida nos demais casos, transformando-a em interpretação convencionalizada para uma nova construção. Note-se também que o grau de evidência da noção de finalidade decresce, à medida em que aumenta o da modalização. Em (25) a

idéia de finalidade ainda está presente, o que não ocorre em (26) e (27), casos em que a modalização é mais evidente.

A ausência do estágio de subordinação no *cline* proposto para a gramaticalização da construção modalizadora em ‘*ser pra x infinitivo*’ poderia ser explicada pela própria natureza do perfilamento de papéis argumentais das construções nominais que, ao contrário das transferenciais e proposicionais, não prevê um *slot* sintático para um elemento oblíquo.

Apesar de não haver uma construção modalizadora derivada de uma proposicional, o encaixamento do DCI às construções desse tipo também seguiria os mesmos passos propostos acima:

- (28) A decisão é sua você assina de uma vez e recebe esse valor ou então a gente pode **pedir** a Yamamoto uma prestação de contas maior **pra** **vê** como é que ela chegou nesse valor. (PROCON/UFJF – Acareação Consórcio)
- (29) Eu vou **pedir** a você, **pra** **você** **fazer** o seguinte então, você lembra o nome da pessoa, que fechou o seguro pra você? (PROCON/UFJF – Acareação Banco)
- (30) Você vai lá HOJE, tá? porque hoje lá foi o dia inteiro você vai procurar por ela, **pede** pra ela, **pra** **ela** **entrar** em contato comigo, que eu vou pedir de imediato, o cancelamento disso aí, hoje. (PROCON/UFJF – Acareação Banco)
- (31) Você pediu **pra** **cancelar**, isso foi quando? (PROCON/UFJF – Acareação Banco)

De forma análoga ao que já foi proposto anteriormente, partimos de um quadro de vinculação por hipotaxe em (28), no qual os papéis argumentais da construção proposicional se encontram totalmente preenchidos. Já em (29), o DCI se encaixa no *slot* do papel argumental de paciente da construção-núcleo, sendo o papel de alvo preenchido pelo sintagma preposicionado ‘*a você*’. Em (30) e (31), ambos os complementos da construção proposicional se mesclam no DCI, o que representa maior grau de encaixamento e, conseqüentemente, um estágio mais avançado de sintaticização.

Além de haver exemplos que se adequam à cadeia prototípica de gramaticalização, nossa análise também respeita os princípios postulados para esse fenômeno (vide 1.1). Uma vez que as construções-fonte coexistem com aquelas gramaticalizadas, são respeitados os princípios da *estratificação* e da *divergência*. Além disso, dada a permanência da noção de transferência nas construções modalizadoras, o princípio da *persistência* também foi respeitado, assim como o da *decatégorização*, já que *dar* e *ser* não mais se comportam como verbos plenos.

Quanto ao último princípio, o da *especialização*, para que fosse possível analisar sua aplicabilidade ao fenômeno em estudo, seria necessário dispor de dados históricos que apontassem para o fato de que em construções com outros verbos transferenciais que não o *dar* fosse possível encontrar um sentido modalizador, mesmo que subjacente. Entretanto, não foram encontrados, ainda, dados que apontem nesse sentido.

A análise proposta neste trabalho até aqui se enquadra na proposta de um *cline* padrão para o processo de vinculação de orações, comprovado sincronicamente através de exemplos, conforme outros trabalhos desenvolvidos sob o rotulo de estudos da gramaticalização. Veja-se, por exemplo, o tratamento dado por Rodrigues às *Construções Foi e Fez*, na coletânea *Introdução à Gramaticalização* (Gonçalves et al., 2007). Entretanto, a busca por dados sobre o DCI no Português Medieval levou a constatações que apontam para a necessidade de maior cautela ao se propor uma análise como a que acaba de ser feita.

3- A Construção de Dativo com Infinitivo no Português Medieval – Dados Preliminares⁸:

No intuito de confirmar a análise proposta acima, a qual é bastante intuitiva, foram pesquisadas as ocorrências de DCI em um *corpus* do Português Medieval – PM – contendo textos dos séculos XIII – Foro Real de Afonso X, Chancelaria de Afonso III e Documentos Notariais – e XIV – Crônica Geral de Espanha. Os dados ainda não foram quantificados, mas, ainda assim, trazem informações bastante relevantes para a pesquisa.

No que tange ao *cline* de gramaticalização proposto para as construções transferenciais, verificamos que não há, nos *corpora* do século XIII analisados, casos de DCI vinculado à construção-núcleo por subordinação. São encontrados muitos exemplos de DCI adjunto, o que seria explicável, se se assumisse que o encaixamento tenha ocorrido posteriormente a esse período; e de construções ambíguas, no sentido de possibilitarem uma leitura modal, o que jogaria por terra a idéia de que os estágios do *cline* se sucedem ao longo do tempo.

⁸ Os dados que compõem o *corpus* de PM utilizado neste trabalho fazem parte do projeto Corpus Informatizado do Português Medieval – CIPM –, cujos dados encontram-se disponíveis em <http://cipm.fcsh.unl.pt>.

Refiro-me a construções como as presentes nos exemplos em (32) e (33), em que é possível inferir um sentido de modalização deôntica:

- (32) E outrosy mandamos que seya de todo ome que **seya dado pera iustiçar** ou que lhy seya demandado algu~a cousa per que aya de seer iustiçado, e el rey deua auer todo o seu ou parte del, mandamos que no~ possa do~ar per que al rey mingue nada do seu que deue a auer ou outro senhur qual quer que o deua auer. (CIPM/XIII – Foro Real de Afonso X)
- (33) Nenhuu pessueyro que **seya dado enalguu preyto quer pera demandar quer pera deffender ou pera iuyzo fillar** no~ possa fazer nenhua auenca nen ne~huu co~poymento enaquel preyto, ergo se llo o dono da uoz mandar nomeadamente per aquella pessuaria. (CIPM/XIII – Foro Real de Afonso X)

Apenas no século XIV encontraremos casos em que o DCI se encaixa como complemento oblíquo à construção transferencial da cláusula-núcleo, conforme pode ser visto em (34):

- (34) Cordova he cercada de muy boas ortas e as arvores pendem sobre a vylla e **dam** muy saborosos fruytos **pera comer** e som muy altas pollo aar em que ha grande bondade; e ha hy arvores de muytas naturas. (CIPM/XIV – Crônica Geral de Espanha)

Apesar de estarem restritas a construções passivas e de transmitirem uma idéia de modalização deôntica, as construções em (32) e (33) se aproximam da estrutura da construção modalizadora epistêmica encontrada no PB. Obviamente, estudos mais aprofundados dos dados do PM são necessários, mesmo porque, devido às intempéries da história, não temos como afirmar não haver nessa época um uso de DCI subordinado à construção-núcleo, visto que muitos dos textos se perderam.

De qualquer maneira, a pesquisa história nos abre os olhos para situações que divergem dos padrões de gramaticalização tidos como “universais”, ou que, no mínimo, alertam para a necessidade de maior cautela na sua aplicação.

Os dados relativos ao *cline* proposto para as construções modalizadoras em ‘*ser pra x infinitivo*’ são ainda mais emblemáticos. Isso se deve ao fato de não termos encontrado, com exceção do exemplo em (35), nenhuma ocorrência de DCI vinculado a construção nominal que não fosse modal, conforme pode ser atestado nos exemplos em (36) e (37), do século XIII, e (38), do século XIV:

- (35) E outrosy deffendemos que no~ tenha ne~ Lea liuros que sabya que fallam e~ nossa ley e que **seya~** contra elha **pera desfazela**. (CIPM/XIII – Foro Real de Afonso X)
- (36) E por todos entender~ que eu ey gra~ corazo~ de correger e d’e~mendar totalas cousas que **fore~ pera correger e pera entregar** dei meu poder a estes sobredictos que corregam e faza~. (CIPM/XIII – Chancelaria de Afonso III)
- (37) E pediumj ende emsembra co~ essa Joha~na diaz que eu emsembra co~ aqueles que eram de meu conselho e co~ meus sobre iuyzes uissemos e catassem totalas cousas deuant(i)c(t)as en come amdar~ e foro~ feytas e os scritos e as cartas e os strume~tos q(ue) ende p(er) dante mj~ mostraro~ e le´e´r fezero~. e que por merce´e´ e por dereyto se

- hy algu~a~ cousa **era pera correger ou pera tolher ou pera ader** que eu que o fezesse. (CIPM/XIII – Chancelaria de Afonso III)
- (38) Aprendede agora, os cavalleyros e os homeens d'armas que cobiiçades a juntar muytos ma~jares e a vyver e~ muyto viço a todo vosso sabor, e sabede que poucas som as cousas que vos co~ve~e~ a manter vida e~nas hostes e nas guerras e como deve seer pouco o que a boa natura demanda em tal tempo; ca, segundo disseron os saybos antigos, o comer e o beber **he pera vyver o home~**, ca no~ vyver pera comer. (CIPM/XIII – Chancelaria de Afonso III)

Apesar de não apresentar função modalizadora, a construção em (35) também não pode ser tratada como um caso prototípico de DCI adjunto por dar margem a uma leitura em que o verbo *ser* se comportaria de forma semelhante a um verbo suporte, tendo o sentido de *opor-se a*. Quanto aos exemplos de (36) a (38), temos neles exatamente o esquema da construção modalizadora deôntica do PB, o que, aliado ao fato de não haver exemplos que atestem o estágio de hipotaxe, colocaria em xeque o *cline* proposto na sessão 2.

Como se isso não bastasse, voltando um pouco mais no tempo, encontramos no Latim uma construção que já apresentava as mesmas características da modal ‘*ser pra x infinitivo*’. Trata-se do *dativus auctoris*, o qual Ernout e Thomas definem da seguinte maneira:

- a) Dativo complemento do adjetivo verbal em –ndus: trata-se de um dativo de interesse indicador de a quem uma dada obrigação se destina: Pl. Am. 891: faciendum est mihi illud... quod illaec postulat “ele me faz fazer aquilo que ele pede”, literalmente “há para mim uma coisa a fazer”... (Ernout & Thomas, 1953:74)

Além da possibilidade de se ligar a um Gerundivo – adjetivo verbal em –ndus – o Dativo Agente também podia funcionar como Complemento do Particípio Passado Passivo e, posteriormente, teve seu uso estendido aos tempos do Infectum entre os poetas e prosadores do período imperial (Ernout & Thomas, 1953:74).

Os autores franceses explicam, por fim, que tal emprego do Dativo ocorre quando

- O dativo é literalmente um dativo de pessoa interessada. Mas a pessoa interessada era também, ao mesmo tempo, o Agente. (Ernout & Thomas, 1953:74)

Como pode-se notar, os gramáticos em questão já reconhecem haver no Latim a acumulação de funções de Beneficiário – ou, nas palavras dos mesmos, interessado – e Agente em um único elemento formal. Os exemplos citados poderiam facilmente ser traduzidos como casos de DCI. Ao invés de dizer que ‘*ele me faz fazer aquilo que ele*

me pede’ ou *‘há para mim uma coisa a fazer’* pode-se dizer que *‘é pra mim fazer o que ele pede’* ou ainda *‘ele pede pra mim fazer as coisas’*. Acredito, inclusive, que tais traduções respeitam mais a estrutura original latina, uma vez que a construção em questão construía-se com Gerundivo, forma nominal que, conforme Faria, substituía o Gerúndio quando este deveria acompanhar o Dativo. O mais interessante, porém, é o fato de que, em Latim, o Gerúndio era uma flexão do Infinitivo, empregada quando este não estava acompanhando formas nominativas. (Faria, 1958:458) Sendo assim, temos que, em última instância, era o Gerundivo uma forma de expressão do Infinitivo, tendo permanecido, no Português, esta última.

Outro dado interessante é que, segundo Faria, o Gerundivo poderia se especializar em indicar uma obrigação existente para uma pessoa, a qual vinha sempre assinalada no caso Dativo, mais especificamente no Dativo Agente. Ou seja, levando-se em consideração os paradigmas de mudança que permeiam a deriva do Latim ao Português, tem-se que a construção *ser/estar pra x infinitivo* já existia em Latim, porém, com o Gerundivo ocupando o lugar hoje preenchido pelo Infinitivo. Há exemplos outros, fora o apresentado por Ernout e Thomas e transcrito por mim acima, que comprovam esta afirmação.

Um deles encontra-se no verso 105 do ato I da Aululária, de Plauto, e está transcrito abaixo:

Occlude sis fores ambobus pessulis iam ego hic ero discrucior animi, **quia ab domo abeundum est mihi.** (Plauto, Aul., I, 105)

Mais uma vez as traduções que encontrei evitam o uso do DCI e apresentam-se, em grande parte como a que se segue, feita por Walter de Medeiros e publicada pela Editora da UnB:

São as penas do inferno que eu sinto na alma, só por ter de sair de casa. E – raios! – é bem contra vontade que eu saio.

Porém, assim como argumentei acima, é possível, e me parece inclusive mais próximo da construção original latina, traduzir o referido verso como *‘só porque é pra mim sair de casa’*.

Em suma, apesar de a análise proposta na sessão 2 estar de acordo com o padrões de gramaticalização encontrados de forma produtiva em várias línguas, a mesma não se mostrou totalmente adequada ao estudo do DCI a partir do momento em

que levaram-se em consideração os dados diacrônicos, o que reforça a grande importância da abordagem histórica para as pesquisas linguísticas fundamentadas em teorias centradas no uso.

Todavia, apesar de não ser possível aplicar os *clines* propostos na análise do DCI, não creio ser produtivo abandonar a gramaticalização como uma opção para o tratamento dessa construção em Português, bem como de suas construções herdeiras. Se for adotado o conceito mais amplo de gramaticalização, ainda assim poderemos trabalhar com as diferenças nos graus de inserção da construção e com o desenvolvimento dos modalizadores. Porém, ao invés de conceber-se um processo unidirecional que se constrói através de mudanças lineares de uma forma a outra ao longo do tempo, pode-se trabalhar com a hipótese de múltiplas origens para uma mesma construção, as quais, devido ao caráter oportunista da mesclagem, passaram a se vincular de acordo com padrões mais ou menos homogêneos.

Assim, atribuo a relação entre os usos do DCI, incluindo-se aqui os gramaticalizados, não a um *cline*, mas à capacidade do falante de realizar generalizações de superfície a partir de análises probabilísticas das semelhanças entre as formas e os significados das construções de sua língua (cf. Goldberg, 2005:19-68). Em outras palavras, de acordo com a Hipótese da Generalização de Superfície,

tipicamente, existem generalizações sintáticas e semânticas mais amplas associadas à forma de superfície da estrutura argumental do que entre a mesma forma de superfície e uma forma distinta que é hipotetizada como sendo sintaticamente ou semanticamente derivada dela. (Goldberg, 2005:25)

Isto posto, a análise a ser endereçada a trabalhos futuros terá como objetivo determinar em que medida as instanciações do DCI compartilham aspectos superficiais comuns que fazem com que o falante as aprenda e as utilize sob as mesmas condições apesar de suas múltiplas origens. Tal análise também deverá ser capaz de apontar com mais clareza quais elementos do pareamento de forma e sentido que compõe as construções com DCI perpassam todas elas, dando suporte às generalizações realizadas pelo falante em seu esforço de aprender a gramática de sua língua de forma organizada.

4- Considerações Finais:

Ao longo deste artigo, apresentei o esquema sintático *para x infinitivo*, o qual, pareado a suas especificidades semânticas – estabelecimento de um beneficiário-agente/experienciador num espaço resultante virtual indicativo de finalidade – funciona como uma construção autônoma, uma espécie de núcleo sintático, que pode se unir a outras construções da língua com diferentes graus de encaixamento.

Apontei também três usos do DCI altamente gramaticalizados, os quais também já podem ser tratados como construções distintas. São eles os esquemas (i) *dar para x infinitivo*, (ii) *ser para x infinitivo* e (iii) *estar para x infinitivo*. A partir de tal constatação, propus uma análise fundamentada em dados sincrônicos do PB e nos *clines* de gramaticalização considerados padrão interlingüisticamente. Nessa perspectiva, os diversos padrões de vinculação do DCI a outras construções seriam explicados pelo *continuum* que vai da HIPOTAXE > SUBORDINAÇÃO > MODALIZAÇÃO.

Ao final, com base em dados do Português dos séculos XIII e XIV, sugeri que a análise histórica pode revelar informações que apontam no sentido oposto da análise sincrônica, uma vez que os estágios mais gramaticalizados podem se mostrar presentes no Português há mais tempo do que os menos gramaticalizados, podendo, inclusive, ser derivados do Latim.

O objetivo desse trabalho não é o de negar a existência das cadeias de gramaticalização propostas até então, assim como não há a presunção de se estar apresentando um caso único e totalmente inovador, haja vista os contra-exemplos apresentados ao *cline* em questão pelos próprios autores que o propuseram (cf. Hopper & Traugott, 2003 [1993]:209-210). Os únicos objetivos desse trabalho são o de reafirmar a importância da pesquisa histórica não só para os estudos em gramaticalização, mas também para toda e qualquer abordagem lingüística centrada no uso, e o de advogar em favor de uma ampliação do conceito de gramaticalização de modo a poder abarcar fenômenos de mudança lingüística menos lineares.

Referências Bibliográficas:

- ERNOUT, Alfred & THOMAS, François. *Syntaxe Latine*. 2.ed. Paris: Klincksieck, 1953;
- FARIA, Ernesto. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958;
- FAUCONNIER, Gilles & TURNER, Mark. *The Way We Think – Conceptual Blending and The Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002;
- GOLDBERG, Adele. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995;
- _____. *Constructions at Work: The nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2005;
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite et al. *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007;
- HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: Joseph, Brian & Janda, Richard(eds). *A handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003;
- HOPPER, Paul & TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003 [1993];
- SALOMÃO, Maria Margarida Martins. “Polissemy, aspect and modality: the case for a cognitive explanation of grammar”. Tese de Ph.D, Universidade da California, Berkeley, 1999;
- SWEETSER, Eve. Grammaticalization and Semantic Bleaching. *Proceedings of The Fourteenth Annual Meeting of The Berkeley Linguistics Society*, Berkeley, Ca: UC Berkeley, 1988;
- _____. *From Etymology to Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990;
- TOMASELLO, Michael. *Constructing a Language: A usage-based theory of language acquisition*. Harvard: Harvard University Press, 2003;
- TORRENT, Tiago Timponi. “O homem vai botar uma casa para mim morar – Uma abordagem sociocognitivista e diacrônica da construção de Dativo com Infinitivo”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.